

## **Maratona Fiscal ISS – Direito penal**

### **1. A regra que veda a interpretação extensiva das normas penais incriminadoras decorre do princípio constitucional da**

- (A) culpabilidade.
- (B) igualdade.
- (C) legalidade.
- (D) subsidiariedade.
- (E) proporcionalidade.

### **2. Na contagem dos prazos penais,**

- (A) inclui-se o dia do começo.
- (B) considera-se como termo inicial a data da intimação.
- (C) considera-se como termo inicial a data da juntada do mandado aos autos.
- (D) considera-se como termo inicial o dia seguinte ao da intimação.
- (E) descontam-se os feriados.

### **3. Adotada a teoria finalista da ação, o dolo e a culpa integram a**

- (A) punibilidade.
- (B) tipicidade.
- (C) culpabilidade.
- (D) imputabilidade.
- (E) antijuridicidade.

### **4. Exclui a ilicitude da conduta**

- (A) a coação irresistível.
- (B) a obediência hierárquica.
- (C) a desistência voluntária.
- (D) o estrito cumprimento do dever legal.
- (E) o arrependimento posterior.

### **5. São pressupostos da culpabilidade**

- (A) a falta de cuidado, a previsibilidade do resultado e a exigibilidade de conduta diversa.
- (B) a imputabilidade, a possibilidade de conhecimento da ilicitude e a falta de cuidado.
- (C) a previsibilidade do resultado, a imputabilidade e a falta de cuidado.
- (D) a possibilidade de conhecer a ilicitude, a exigibilidade de conduta diversa e a falta de cuidado.
- (E) a imputabilidade, a possibilidade de conhecer a ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa.

### **6. A doença mental, a perturbação de saúde mental e o desenvolvimento mental incompleto ou retardado**

- (A) refletem na culpabilidade, de modo a excluí-la ou a atenuá-la.
- (B) excluem a ilicitude da conduta.
- (C) isentam sempre de pena.

- (D) extinguem a punibilidade.
- (E) excluem a tipicidade.

**7. No que concerne às causas de extinção da punibilidade, é correto afirmar que**

- (A) a sentença que concede o perdão judicial será considerada para efeito de reincidência.
- (B) a perempção constitui a perda do direito de representar ou de oferecer queixa, em razão do decurso do prazo para o seu exercício.
- (C) cabe perdão do ofendido na ação penal pública condicionada.
- (D) a renúncia ao direito de queixa ocorre antes de iniciada a ação penal privada.
- (E) o indulto deve ser concedido por lei.

**8. A falsificação de nota promissória configura o crime de**

- (A) falsificação de documento particular.
- (B) falsidade ideológica.
- (C) uso de documento falso.
- (D) falsificação de selo ou sinal público.
- (E) falsificação de documento público.

**9. Aquela que omite, em documento particular, declaração que dele devia constar, com o fim de criar obrigação, comete o crime de**

- (A) uso de documento falso.
- (B) falsidade ideológica.
- (C) supressão de documento.
- (D) atestado ideologicamente falso.
- (E) falsificação de documento particular.

**10. No crime de corrupção ativa, a vantagem indevida**

- (A) deve ser recebida pelo funcionário público.
- (B) deve ser concedida a funcionário público.
- (C) pode ser oferecida a funcionário público.
- (D) é exigida pelo funcionário público.
- (E) é solicitada pelo funcionário público.

**11. Aquele que exige vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função, comete o crime de**

- (A) tráfico de influência.
- (B) advocacia administrativa.
- (C) exploração de prestígio.
- (D) condescendência criminosa.
- (E) prevaricação.

**12. A conduta do funcionário público que, em razão da função exercida, solicita vantagem indevida, sem, contudo, chegar a recebê-la, caracteriza, em tese,**

- (A) tentativa de corrupção passiva.

- (B) tentativa de concussão.
- (C) corrupção passiva consumada.
- (D) corrupção ativa consumada.
- (E) concussão consumada.

**13. Admite a modalidade culposa**

- (A) a concussão.
- (B) a prevaricação.
- (C) a corrupção passiva.
- (D) o peculato.
- (E) o falso testemunho.

**14. O contador que, em declaração prestada em processo administrativo, cala a verdade pratica o crime de**

- (A) desacato.
- (B) desobediência.
- (C) fraude processual.
- (D) condescendência criminosa.
- (E) falso testemunho.

**15. Para efeitos penais,**

- (A) não se considera funcionário público quem exerce cargo público transitório, embora remunerado.
- (B) considera-se funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviços contratada para a execução de atividade típica da administração pública.
- (C) considera-se funcionário público apenas quem exerce cargo em entidade parastatal.
- (D) não se considera funcionário público quem exerce função pública não remunerada.
- (E) não se considera funcionário público quem exerce emprego público transitório e não remunerado.

**16. O crime de abuso de autoridade**

- (A) não é próprio, pois pode ser praticado por qualquer pessoa.
- (B) é próprio, pois só pode ser praticado por militar.
- (C) é próprio, admitindo, contudo, o concurso de particular.
- (D) é próprio, pois só pode ser praticado por quem exerça cargo, emprego ou função pública de natureza civil.
- (E) não é próprio, pois pode ser praticado por qualquer pessoa que exerça função pública remunerada, de natureza civil ou militar.

**17. Constituem atos de improbidade os praticados**

- (A) apenas contra a administração direta dos Poderes Executivos da União, dos Estados e dos Municípios.
- (B) contra entidade para cuja criação o erário haja concorrido com mais de 70% (setenta por cento) do patrimônio.

- (C) contra a administração fundacional dos Poderes da União e dos Estados, excluídos os Municípios.
- (D) apenas por agente público servidor.
- (E) contra o patrimônio de entidade que receba subvenção de órgão público.

**18. Nos crimes contra a ordem tributária,**

- (A) a pena deve ser aumentada se praticados em relação ao comércio de bens essenciais à vida ou à saúde.
- (B) a pena de multa deve ser fixada entre 10 (dez) e 180 (cento e oitenta) dias-multa.
- (C) o sujeito ativo só pode ser funcionário público.
- (D) a pena de multa não pode ser diminuída, mesmo que de excessiva onerosidade para o agente.
- (E) a ação penal é privada.

**19. Nos crimes contra o sistema financeiro,**

- (A) a competência para o respectivo processamento é exclusiva da Justiça Estadual.
- (B) a ação penal pode ser pública ou privada.
- (C) a pena de multa pode ser elevada até o triplo.
- (D) cabe a chamada delação premiada.
- (E) são considerados sujeitos ativos os controladores e os administradores da instituição financeira, excluídos os diretores e os gerentes.

**20. Exigir tributo que o agente sabe ser indevido tipifica o crime de**

- (A) corrupção ativa.
- (B) excesso de exação.
- (C) peculato.
- (D) corrupção passiva.
- (E) prevaricação.

**GABARITO**

- 1- C
- 2- A
- 3- B
- 4- D
- 5- E
- 6- A
- 7- D
- 8- E
- 9- B
- 10- C
- 11- A
- 12- C
- 13- D
- 14- E

15- B  
16- T  
17- E  
18- A  
19- D  
20- B